

DO ENSINO FUNDAMENTAL AO SUPERIOR: REVISÃO NARRATIVA SOBRE AS MARCAS DA FRAGMENTAÇÃO NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES AUTISTAS E AS PERSPECTIVAS FUTURAS

FROM PRIMARY EDUCATION TO HIGHER EDUCATION: A NARRATIVE REVIEW ON THE MARKS OF FRAGMENTATION IN THE INCLUSION OF AUTISTIC STUDENTS AND FUTURE PERSPECTIVES

Karina Donizete Martins 1
Maria Luiza Bissoto 2
Muniz Araújo Pereira Júnior 3
Patrícia Policeno de Resende 4
Taynara Melo 5

Resumo: O estudo aborda a inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior brasileiro, evidenciando desafios e lacunas enfrentadas por esse público. Objetiva compreender as dificuldades de adaptação e permanência acadêmica desses estudantes, analisando as estratégias institucionais de acolhimento e suporte. Utiliza-se pesquisa qualitativa, com revisão de literatura e análise de estudos recentes sobre o tema. Constata-se que, apesar dos avanços legislativos e do aumento das matrículas, as instituições ainda carecem de estrutura adequada, formação docente específica e mecanismos de acompanhamento individualizado. A ausência de políticas efetivas prejudica o desempenho acadêmico e social dos estudantes autistas. Conclui-se que a promoção da inclusão depende da adoção de medidas como adaptação curricular, capacitação docente e criação de núcleos de acessibilidade, visando garantir a igualdade de oportunidades e a permanência desses estudantes no Ensino Superior.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Ensino Superior. Acessibilidade. Permanência.

Abstract: The study addresses the inclusion of autistic students in Brazilian higher education, highlighting the challenges and gaps faced by this group. It aims to understand the difficulties related to adaptation and academic retention of these students, analyzing institutional strategies for support and accommodation. A qualitative research approach is employed, based on a literature review and analysis of recent studies on the subject. Findings reveal that, despite legislative advancements and increased enrollment, institutions still lack adequate infrastructure, specialized teacher training, and individualized support systems. The absence of effective policies hinders both the academic performance and social integration of autistic students. The study concludes that fostering inclusion requires measures such as curricular adjustments, teacher development programs, and the establishment of accessibility support centers, ensuring equal opportunities and promoting the retention of autistic students in higher education.

Keywords: Inclusion. Autism. Higher Education. Accessibility. Retention.

- 1 Mestre em Educação Sociocomunitária (pela UNISAL), Assistente social (pela UNIFMU), Pedagogia (pela Faculdade Paulista), Licenciada em Sociologia (PELA Faculdade Paulista) e Doutora em Ciências da Educação pela Universidad San Matin Lutero (UML). Atualmente é pró-reitora de pesquisa e professora no Centro Universitário Itop - UNITOP. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9004439723789531> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8881-0005>. E-mail: profkarinamartins@gmail.com
- 2 Pós-Doutora em Educação pela UNESP (Botucatu) e pela Universidade do Minho, Braga, Portugal, mestre e doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba, atualmente é terapeuta ocupacional, em Português e membro de diversas associações, dentre elas: AMERICAN EDUCATIONAL RESEARCH ASSOCIATION (AERA).: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5521397779453520>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3928-4357>. E-mail: malubissoto@yahoo.com
- 3 Especialista em Gestão Escolar (pelo UNITOP), Graduado em Ciências Contábeis e Direito (pelo UNITOP), atualmente é Pró-reitor de Ensino a Distância no UNITOP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2647129566263847>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1535-6558>. E-mail: munizaappjr@gmail.com
- 4 Mestra em Saúde e Gestão do Trabalho (pela UNIVALI), Instituição (vínculo atual por extenso), Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Audiologia Clínica e Ocupacional - CEFAC/GO e Especialização em Gerontologia Social (pela UFT), Graduada em Fonoaudiologia (pela PUC/GO). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4316292825557128>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1068-4496>. E-mail: patricia.policeno@gmail.com
- 5 Especialista em audiologia (CEFAC), graduada em fonoaudiologia (pela PUC, GO), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8766578585291045>. Atualmente é professora no Curso de Fonoaudiologia, pelo UNITOP. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7420-3230>. E-mail: taynara_mello@hotmail.com

Introdução

Percebe-se que, no campo da educação, o aprendizado dessas pessoas constitui um objeto de estudo de natureza complexa, que pode estar associado a conteúdos com significados muitas vezes considerados de intolerância e preconceito.

Atesta-se um momento histórico de crises na educação, que não poupa nenhum educador. É um período que promove mudanças nos paradigmas de inclusão social, impulsionando-nos a buscar outras metodologias de ensino que contemplem a funcionalidade social do processo de aprendizado dos estudantes autistas, considerando suas características individuais. Assim, devemos assumir o papel de mediadores, desempenhando nossas funções de maneira qualificada e humana, levando em conta as singularidades de cada sujeito.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por uma ampla variabilidade em habilidades sociais, comunicativas e cognitivas, com necessidades que podem variar consideravelmente entre os indivíduos (DSM-5; APA, 2013). No contexto educacional, estudantes autistas enfrentam desafios relacionados à adaptação curricular, interação social e permanência, agravados por uma infraestrutura que nem sempre atende às suas necessidades específicas (Canal, 2024).

Apesar de avanços legais e políticas afirmativas como a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), muitas instituições de Ensino Superior (IES) ainda enfrentam dificuldades para implementar práticas inclusivas. Estudos apontam lacunas na conscientização e na formação docente, além de resistência a adaptações pedagógicas por falta de preparo institucional (Barbosa; Gomes, 2019; Silveira; Donida; Santana, 2020). A escassez de dados sistemáticos sobre as experiências de estudantes com TEA no Ensino Superior brasileiro agrava a exclusão (Gelbar; Reichow, 2014; Shaw *et al.*, 2021).

A preparação dos docentes é uma das principais barreiras identificadas. Muitos professores relatam falta de conhecimento e de suporte para adaptar práticas pedagógicas, o que dificulta a interação com estudantes autistas e compromete o desempenho acadêmico desses alunos (Accardo *et al.*, 2019). Pesquisas mostram que treinamentos e palestras podem melhorar significativamente o entendimento e a atitude dos docentes em relação à inclusão (Shaw *et al.*, 2021; Zeedyk *et al.*, 2018).

Faz-se necessário assumir o papel de mediador, atentos à nossa didática de ensino: “Nossa didática das ciências não pode (por critério de moralidade) ser neutra, objetiva, descontextualizada ou desincorporada” (Temporetti, 2010, p.2). As noções de autismo relacionadas à deficiência representam um campo de tensão, que se traduz na prática social e se evidencia na análise dos diferentes graus e formas de inclusão-exclusão da diversidade nos âmbitos que se baseiam no tecido social, entre eles o educacional.

A educação é um processo que dura a vida inteira, e conforme Bruner (1983), não existe uma percepção pura. Perceber a realidade implica realizar uma tarefa de “filtragem” seletiva da informação recebida do mundo exterior. Ao promover a aprendizagem por meio da resolução de problemas, do currículo em espiral e da ativação da curiosidade, Bruner descreve sobre os alunos se tornarem aprendizes autônomos e engajados.

A transformação da motivação extrínseca em intrínseca, por meio da valorização do conhecimento em si, e o fornecimento de *feedback* constante e construtivo são outros pilares dessa abordagem, que visa despertar o interesse dos estudantes e promover a construção do conhecimento de forma significativa e duradoura. Nessa perspectiva, a pessoa autista é um sujeito de direito que enfrenta uma situação de desigualdade que pode ser modificada por meio de ações pertinentes à redução da desigualdade, eliminando as barreiras que impedem sua total integração na sociedade.

Analisando a Prevalência do Autismo no Brasil

Os dados mais recentes do Censo Escolar de 2023, revelam um crescimento significativo no número de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados em escolas brasileiras.

O número de matrículas passou de 429.521 em 2022 para 636.202 em 2023, representando um aumento de 48% em um ano. Esse crescimento reflete esforços na implementação de políticas inclusivas e maior reconhecimento da necessidade de suporte educacional especializado para esses estudantes

As matrículas de alunos com TEA representam 35,9% do total de estudantes na educação especial. A maioria desses estudantes está matriculada no ensino fundamental (62,9%), seguido pela educação infantil (16%) e ensino médio (12,6%). O percentual de alunos com necessidades especiais em classes regulares também aumentou, atingindo 95% em 2023, o que evidencia o avanço na inclusão escolar no Brasil (INEP, 2023).

O percentual de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Superior no Brasil tem mostrado um crescimento significativo nos últimos anos. Entre 2018 e 2020, houve um aumento considerável nas matrículas de estudantes com TEA, saltando de 633 em 2018 para 2.974 em 2020, o que representa um crescimento triplo de um ano para outro

Esse aumento pode ser atribuído a políticas de inclusão como o Programa Incluir (Brasil, 2013), associações e movimentos sociais, que facilita o acesso de pessoas com deficiência ao Ensino Superior. Apesar do crescimento das matrículas, os dados também indicam desigualdades regionais e desafios persistentes, como a dificuldade de acesso e adaptação ao ambiente acadêmico, que ainda precisa de melhorias para suportar de forma eficaz a diversidade de necessidades desses estudantes (Reis, 2024). Esses desafios incluem a falta de infraestrutura adequada e suporte especializado necessário para alunos autistas no ambiente universitário.

Embora o Brasil possua uma vasta legislação que garante o direito à educação para pessoas com deficiência, ainda há muitos casos de negação de matrícula para estudantes autistas. As leis que suportam a inclusão escolar incluem a Constituição Federal de 1988, a Lei Nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e a Lei Nº 7.853/1989, que defende direitos e liberdades fundamentais. A Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destaca a igualdade, acessibilidade e o desenvolvimento de tecnologias para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência (Brasil, 2015).

Além disso, a Lei Nº 12.764/2012, que institui a “Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista”, é um marco na luta pela inclusão. Esta legislação reconhece oficialmente os autistas como pessoas com deficiência, garantindo-lhes acesso a todas as políticas de inclusão do país, incluindo a educação.

No entanto, ainda persistem desafios, como a capacitação de professores, adaptação curricular e melhoria na infraestrutura escolar para garantir uma inclusão efetiva e de qualidade em todos os ciclos da educação formal (Aguilar; Rauli, 2020). A inclusão educacional de autistas foi abordada historicamente por diferentes correntes de pensamento. Em muitos casos, tentou-se atribuir a responsabilidade ao estudante de adequar-se ao sistema de regras sociais da família, considerando que o trabalho fundamental da escola seria apenas uma mera instrução escolar, como se fosse possível desvincular ambos os processos.

Compreender a prevalência do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Brasil é uma tarefa desafiadora devido à variabilidade nos critérios diagnósticos e na disponibilidade de recursos para o diagnóstico. O diagnóstico do TEA pode variar significativamente entre diferentes regiões, dependendo da experiência do profissional de saúde e da infraestrutura local (Rissi, G. *et al.*, 2020).

A falta de acesso a serviços de saúde em áreas remotas também contribui para a subnotificação, onde muitas pessoas com TEA podem não ser diagnosticadas (Silva, M. *et al.*, 2021). Além disso, a evolução dos critérios diagnósticos ao longo do tempo implica que a prevalência pode ser subestimada, à medida que diagnósticos mais amplos identificam um maior número de casos (Santos, L. *et al.*, 2019).

A estimativa de 1,2 milhão de pessoas com TEA no Brasil pode ser considerada conservadora, dado o aumento na conscientização sobre o transtorno e a melhoria dos diagnósticos nos últimos anos. Estudos demonstram que a expansão dos critérios diagnósticos para incluir uma maior diversidade de características autistas contribuiu para um aumento nas taxas de prevalência (Silva, A. *et al.*, 2020).

A prevalência do TEA é influenciada por uma série de fatores, incluindo os fatores genéticos e ambientais. Pesquisas indicam que variantes genéticas desempenham um papel significativo

no desenvolvimento do TEA, mas a interação entre genes e fatores ambientais também pode influenciar a condição (Pereira, F. *et al.*, 2021). A disponibilidade de serviços de saúde também é um determinante crítico, visto que o acesso aos serviços de diagnóstico e tratamento varia amplamente entre diferentes regiões do Brasil, impactando diretamente a detecção e o diagnóstico do TEA (Souza, C. *et al.*, 2019).

Uma estimativa mais precisa da prevalência do TEA é crucial para o planejamento de políticas públicas. As políticas de saúde e educação precisam ser ajustadas para atender adequadamente às necessidades das pessoas com TEA e suas famílias (Silva, P. *et al.*, 2020). A alocação de recursos também é influenciada por uma melhor compreensão da prevalência, permitindo uma distribuição mais justa de serviços de diagnóstico e tratamento (Ribeiro, G. *et al.*, 2022). Além disso, uma estimativa mais realista contribui para a conscientização pública sobre o TEA, reduzindo o estigma e promovendo um ambiente mais inclusivo para indivíduos autistas.

Método

Este estudo adota uma abordagem qualitativa exploratória, baseada em uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de investigar os desafios e as possibilidades da inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior brasileiro. A escolha desse método justifica-se pela necessidade de reunir e analisar criticamente diferentes estudos sobre o tema, buscando compreender as principais dificuldades enfrentadas por esses estudantes e as práticas exitosas desenvolvidas em instituições de Ensino Superior.

De acordo com Rother (2007), a revisão narrativa permite a síntese do conhecimento por meio da seleção e análise de publicações relevantes sobre um determinado tema, proporcionando uma compreensão ampla e atualizada do fenômeno investigado. O percurso metodológico seguiu as seguintes etapas: formulação da questão de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão, identificação dos estudos, avaliação crítica, análise e síntese dos resultados.

A questão problema do estudo foi: “Quais os principais desafios e quais as estratégias facilitadoras para a inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior brasileiro?”.

Os critérios de inclusão envolveram artigos publicados nos últimos cinco anos (2021-2024), em periódicos acadêmicos revisados por pares, artigos originais com texto completo, em português, nas bases de dados Scielo, Lilacs e PubMed, publicados no Brasil, em revistas qualis A. Foram considerados estudos que abordassem especificamente a inserção e permanência de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em cursos de graduação no Brasil. Excluíram-se revisões sistemáticas, teses, dissertações e estudos focados exclusivamente em educação infantil ou básica.

Esse procedimento analítico possibilitou a construção de categorias que evidenciam tanto os obstáculos estruturais, pedagógicos e atitudinais encontrados por estudantes autistas no Ensino Superior, quanto as práticas institucionais que promovem sua inclusão e permanência. A compreensão entre diferentes estudos e perspectivas teóricas contribuiu para ampliar a compreensão do fenômeno e sustentar as reflexões apresentadas ao longo do trabalho.

O assunto selecionado para revisão rápida foi “autismo no Ensino Superior”. A análise preliminar demonstrou que há uma escassez de produção de estudos de campo dessa área de pesquisa focalizada no Ensino Superior.

Autor	revista	objetivo	Tipo de estudo	Amostra	Coleta	Análise
Claudia Paola Carrasco Aguilar, Patricia Forte Rauli	Revista Educação Especial, Vol 33 (2020)	Identificar, do ponto de vista do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) o processo de adaptação à universidade, as dificuldades enfrentadas, as estratégias utilizadas e os recursos oferecidos pelas universidades.	Focal	3 Grupos Focais com autistas	Entrevista	IES necessita construir mecanismos que o acolham e favoreçam o processo de inclusão.
Kétilla Batista da Silva Teixeira, Rafael Fonseca de Castro	Revista Educação Especial, Vol 36, Iss 1 (2023)	Investigou as vivências de um grupo de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que concluiu o Ensino Superior, identificando fatores associados a essa conclusão	Entrevista semiestruturada, realizada on-line via Google Meet	3	Entrevista	Necessário criar caminhos que tornem essa etapa do ensino não apenas um mero sistema de reprodução de trabalhadores com diplomas.
Silveira, Victoria Gimenez et al.	Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (2023). (ABRAPEE)	Descrever e analisar o desenvolvimento e aplicação do PEI para uma universitária com TEA e comparar desempenho acadêmico antes e depois do PEI.	Estudo de caso	1	entrevista semiestruturada, elaboração do PEI	Foi possível garantir o direito educacional da estudante com TEA em questão, preenchendo uma lacuna da literatura sobre estratégias concretas e eficazes para garantir a inclusão na educação superior, por meio de um trabalho colaborativo entre docentes, pesquisadoras e a estudante com TEA.

Fonte: (os autores)

Os resultados embora sejam embrionários, não deixam de revelar que tratando-se de autismo no Ensino Superior, as pesquisas de campo, no Brasil, ainda são escassas.

O Processo de Inclusão Educacional e o Ensino de Pessoas com Autismo

A palavra inclusão, originada do latim “*includere*”, que significa “fechar em”, “inserir”, “rodear”, denota a ideia de integrar e incluir, que é fundamental para a concepção de educação inclusiva. Segundo Souza e Goes (1999), a inclusão nas escolas públicas brasileiras ainda está muito distante de ser um espaço de qualidade, onde as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais sejam valorizadas e atendam às necessidades educacionais dos alunos autistas. Embora a legislação brasileira estabeleça diretrizes para inclusão, a realidade nas escolas ainda reflete práticas que marginalizam a diversidade, confundindo igualdade de direitos com igualdade de condições.

Temporetti (2014), que afirma: “Psicologia em construção e pedagogia também”, ao referir-se a uma educação que demanda a revisão do princípio da tolerância para enfrentar essa multiplicidade cultural. É necessário considerar que os obstáculos estão historicamente ligados a privilégios de classe e à exclusão social, limitando, obstruindo e gerando formas restritivas de pensar, fazer e desejar.

O aprendizado de uma pessoa autista não é igual ao de outra com o mesmo diagnóstico. Enquanto os diagnósticos médicos homogenizam, o trabalho diário revela as singularidades de cada pessoa. Segundo Omote (1996, p.129): “Criam-se nomes e categorias para especificar (talvez construir) diferentes tipos de deficiência, especializam-se os profissionais e serviços e profissionalizam-se as nomenclaturas (...). Com isso, cria-se a ilusão de homogeneidade entre os membros pertencentes a uma mesma categoria e de muita diferença entre eles e os membros de qualquer outra categoria”.

Assim, um método de ensino eficaz para um estudante pode não ser adequado para outro. Outrossim, baseia-se na ênfase sobre o modelo médico que recai sobre o déficit, contribuindo para a perpetuação do capacitismo, ao presumir que as pessoas estão à margem do que é considerado padrão (Muccini, 2018, p.23).

A qualidade do ensino e o uso de tecnologias educacionais são fatores relevantes para melhorar o aprendizado de estudantes autistas, como destacado por Temporetti (2010). A formação de professores com currículos universitários atualizados às demandas sociais e as interações entre os sujeitos envolvidos são vitais. “Investir em tecnologia é crucial para a efetiva integração da IA no Ensino Superior “ (Lima, 2021), para que o conhecimento seja efetivamente adquirido, é essencial encontrar ferramentas e estratégias metodológicas ideais para que os alunos se apropriem do processo de aprendizado e possam utilizar esses conhecimentos em situações cotidianas.

A implementação de Núcleos de Acessibilidade ou apoio ao estudante é um passo fundamental nesse processo. O “núcleo de acessibilidade, constitui um recurso imprescindível para que os estudantes com deficiência tenham condições de ingressar, permanecer e concluir o curso de graduação eficazmente” (Silva; Moreira, 2022, p. 7). Esses núcleos atuam como centros de apoio, oferecendo recursos e adaptações necessárias, além de acompanhamento pedagógico e emocional aos estudantes autistas. Esses núcleos são essenciais para garantir que as necessidades desses estudantes sejam atendidas de maneira adequada (Fernandes; De Freitas, 2022).

Estudantes autistas relatam, com frequência os desafios Acadêmicos e Sociais, relatam dificuldades relacionadas ao entendimento das normas sociais implícitas, comunicação com professores e colegas, além de problemas sensoriais que interferem na adaptação ao ambiente universitário (Zeedyk, Bolourian; Blacher, 2018). Pesquisas qualitativas enfatizam que essas barreiras são amplificadas por falta de suporte institucional e baixa preparação dos docentes (Accardo *et al.*, 2019; Fischer, 2019).

Embora algumas instituições ofereçam adaptações pedagógicas, como tempo extra em provas e ambientes silenciosos, estudos indicam que muitas ainda não atendem às necessidades dos estudantes autistas de forma integral (Silveira, Donida; Santana, 2020; Gelbar, Smith; Reichow, 2014). A criação de programas de mentoria tem sido apontada como uma solução eficaz para facilitar a transição para o ambiente universitário e melhorar o desempenho acadêmico (Knott; Taylor, 2013).

A formação continuada dos docentes aparece como uma prioridade para promover a inclusão. Canal (2024) demonstram que treinamentos específicos sobre práticas inclusivas aumentam significativamente o conhecimento e a confiança dos professores na interação com estudantes autistas. O investimento em novas tecnologias, como plataformas baseadas em Inteligência Artificial, “podem estimular o aprendizado colaborativo entre estudantes, promovendo trocas de conhecimento de forma dinâmica e eficiente” (Lima, 2019).

Estudos longitudinais, como os conduzidos por White *et al.* (2017), mapeiam o progresso acadêmico e social de estudantes autistas, destacando os fatores que contribuem para o sucesso ou evasão. As pesquisas mostram que estratégias personalizadas, baseadas nas necessidades únicas de cada estudante, são mais eficazes do que abordagens generalizadas (Fernandes; De Freitas, 2022).

Adaptações Acadêmicas e Acessibilidade para inclusão de Estudantes Autistas no Ensino Superior

As universidades devem adotar adaptações acadêmicas, incluindo a flexibilização nas avaliações, que permite tempo extra ou formatos alternativos de provas e trabalhos, conforme indicado por Silva e Santos (2021). Além disso, criar ambientes de estudo tranquilos e silenciosos que reduzem distrações é fundamental para a concentração dos alunos autistas. Materiais didáticos diversificados, como conteúdos em múltiplos formatos (visuais, audiovisuais), também devem ser disponibilizados para atender diferentes estilos de aprendizado (Freire, 1996).

A formação dos professores é uma área crítica. É fundamental que os docentes recebam treinamentos sobre as necessidades específicas dos alunos autistas. Esse treinamento deve incluir o entendimento das características do espectro autista e a adaptação das metodologias de ensino. Freitas (2022) destaca que o treinamento contínuo sobre autismo ajuda a melhorar a compreensão e a comunicação dos professores com esses alunos. Além disso, o uso de linguagem clara e objetiva durante as aulas pode ajudar na compreensão dos conteúdos pelos estudantes autistas, precisa da adaptação das metodologias de ensino para atender melhor às necessidades desses alunos (Tamanha; Ribeiro; Azoni, 2022).

A implementação de programas de mentoria é uma estratégia eficaz para a integração social e acadêmica dos estudantes autistas (Andrade *et al*, 2024). Mentores podem fornecer suporte tanto em questões sociais quanto acadêmicas, facilitando a transição para a vida universitária. De acordo com Silva; Moreira (2022), os programas de mentoria não apenas ajudam os estudantes a se adaptarem ao ambiente universitário, mas também reduzem o isolamento social e aumentam o senso de pertencimento. Esses programas são uma resposta direta às necessidades emocionais e sociais dos alunos autistas, oferecendo uma ponte entre a universidade e o ambiente externo.

Oferecer serviços de aconselhamento psicológico, grupos de apoio que compreendam as necessidades dos estudantes autistas é essencial para a sua inclusão. Canal (2024) argumentam que esses serviços são essenciais para a saúde emocional dos estudantes autistas, facilitando o enfrentamento das dificuldades que eles enfrentam durante a vida universitária. Além disso, a criação de um ambiente de apoio contínuo é fundamental para manter o bem-estar desses alunos ao longo de seu percurso acadêmico.

Os estudantes autistas frequentemente utilizam uma variedade de recursos de acessibilidade para facilitar seu aprendizado e interação no ambiente educacional. “Conforme vão se desenvolvendo, e dependendo do grau de comprometimento intelectual e de linguagem, adolescentes e adultos com TEA podem relutar em compreender pistas sociais e terem dificuldade para agir de acordo com o contexto, ou de adequarem seu discurso à ocasião e ao interlocutor” (Tamanha; Ribeiro; Azoni, 2022, p.8). Esses recursos podem ser divididos em categorias, incluindo tecnologias assistivas, adaptações no ambiente físico e métodos pedagógicos específicos.

As adaptações no ambiente físico também são fundamentais para a inclusão: salas de aula com organização visual clara, uso de cores e sinalizações ajudam a reduzir a sobrecarga sensorial e acústica promovem um ambiente mais acolhedor. A ausência de uma abordagem colaborativa pode comprometer o progresso e o bem-estar dos alunos com autismo (Mantoan, 2024).

O suporte emocional é vital para o sucesso acadêmico dos estudantes autista. O apoio de monitores, que podem ser colegas da mesma turma, ajuda na integração social e na execução das atividades acadêmicas (Silva; Moreira, 2022). Esse suporte é adaptado às necessidades individuais de cada estudante. A participação em grupos de apoio pode proporcionar um espaço seguro para que os alunos compartilhem experiências e desenvolvam habilidades sociais garantindo o acesso e permanência dos estudantes autistas.

A educação deve ser organizada de acordo com as necessidades desses estudantes, integrando a instrução de forma significativa na formação social da mente. Segundo Vygotsky (1996), o aprendizado vai além de apenas acumular informações, devendo envolver a internalização e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos.

A neuroplasticidade, a capacidade do cérebro de se reorganizar e formar novas conexões em resposta a experiências e aprendizados, desempenha um papel essencial na aprendizagem de estudantes autistas no Ensino Superior (De Marco, 2021). A neuroplasticidade permite que

estudantes autistas desenvolvam e aprimorem habilidades específicas, como linguagem, motoras e sociais, através de experiências contínuas e estímulos adequados. Isso é fundamental no contexto universitário, onde a interação social e a comunicação são essenciais (Ramos, 2023).

Estudos mostram que intervenções precoces podem maximizar o potencial da neuroplasticidade (Klein; Jones, 2008). Quanto mais cedo os alunos recebem suporte adequado, maior é a probabilidade de desenvolverem habilidades que facilitarão sua adaptação ao ambiente acadêmico. Isso inclui estratégias que estimulam a formação de novas conexões sinápticas, essenciais para a aprendizagem (Batista; Fonseca, 2023). No entanto, existem limitações no aprendizado que precisam ser consideradas, respeitando a individualidade de cada estudante, seu potencial produtivo e capacidade de trabalho.

Experiências exitosas publicadas recentemente demonstram que o ambiente educacional a equipe multiprofissional, uso de tecnologia assistiva, adaptação curricular bem como a associação, Planejamento Educacional Individualizado (PEI) e o uso da realidade virtual vem dirimindo as barreiras de ensino e aprendizagem. Por outro lado, há ainda a dificuldade docente e por vezes institucionais na adaptação para a aplicabilidade destes métodos inclusivos.

A inclusão efetiva de estudantes autistas no Ensino Superior exige um compromisso institucional abrangente, que vai além do cumprimento das normas legais. Ao adotar uma abordagem proativa, como a criação de núcleos de acessibilidade, a adaptação das estruturas físicas e acadêmicas, e a formação contínua de educadores, as universidades não apenas ajudam esses alunos a alcançar seu potencial, mas também enriquecem a diversidade acadêmica, criando um ambiente mais inovador e acolhedor para todos (Canal, 2024).

A visão crítica de Paulo Freire (1996) sobre a educação como um processo dialógico e emancipatório é particularmente relevante nesse contexto, pois enfatiza a importância da autonomia e da voz dos alunos na construção do conhecimento e na busca pela inclusão social.

Considerações

O modelo atual de escola, presente em boa parte do território brasileiro, ainda é estruturado para atender ciclos rigorosos de tempos e espaços decididos por outros, que nem sempre são os sujeitos envolvidos na educação, mas sim indivíduos motivados por interesses econômicos e políticos amparados por teorias e práticas opressoras.

Santos e Paulino (2006, p. 136) afirmou que “promover a inclusão significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar sobre a deficiência. Implica romper paradigmas, reformular nosso sistema educativo para a conquista de uma educação de qualidade, garantindo que o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam assegurados a todos os alunos, independentemente de suas diferenças e necessidades.”

Essa violência simbólica, que geralmente reforça pelo *hábitus*, é modificada por experiências que possibilitam a tomada de consciência crítica sobre as opressões sobre as práticas inclusivas na educação e na sociedade (Bourdieu, 2007). O uso de metodologias que rompem com modelos arcaicos de avaliação, processos de ensino e aprendizagem desafia e perturba o modelo padronizado que foi imposto à sociedade por séculos.

Esse modelo padrão de “como educar” pode trazer uma sensação de segurança e proteção. No entanto, a ausência de criticidade desconsidera as mudanças na sociedade, os caminhos para a inclusão e a necessidade de uma “nova forma de educar”. Nesse contexto, percebemos que ser autista e participar de um processo de escolarização junto com outros sujeitos sem deficiência não significa estar incluído ou desfrutar de todos os benefícios que essa suposta inclusão deveria garantir.

A formação acadêmica de uma pessoa autista não se limita apenas ao ensino em sala de aula; envolve também a participação de toda a instituição escolar e da família (Bandeira, 2020). Assim, compartilhar informações sobre o autismo, adotar práticas inovadoras, planejar individualmente, entre outras medidas, será fundamental para o sucesso e melhor preparação para conquistar espaços anteriormente inexistentes na sociedade, minimizando barreiras visíveis e preconceitos.

Com o surgimento de modernos recursos tecnológicos de apoio que prometem corrigir, minimizar ou até eliminar diferenças funcionais, o conceito de autismo passou por mudanças

nas interpretações nas últimas décadas (Donati; Capellini, 2020). Tais inovações são bem-vindas, mas precisam ser analisadas com o devido cuidado crítico e pedagógico. Afinal, nada substitui os laços de afetividade construídos entre o educador e o educando- base fundamental para qualquer aprendizado.

É imprescindível respeitar os direitos, a individualidade, o aprendizado, a autonomia e o desejo manifesto de uma pessoa autista. Dessa forma, uma metodologia educacional inovadora que melhore sua condição funcional pode ser benéfica e bem-recebida (Pereira, 2009). No entanto, caso tal proposta de inovação represente apenas algo de alta tecnologia, estará simplesmente reeditando antigas formas de discriminação e segregação, sob o pretexto de uma pseudociência e de um suposto bem-estar das pessoas que compõem a diversidade funcional.

Referências

AGUILAR, Claudia Paola Carrasco; RAULI, Patricia Forte. Desafios da inclusão: a invisibilidade das pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313162288042/313162288042.pdf> Acesso em: 05 set. 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, Aurélio Matos *et al.* Recursos educacionais para estudantes com transtorno do espectro do autismo (TEA): síntese de evidências qualitativas. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 28, p. e259575, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/JdVvNqZ6Zq4Zc4gqVLrKx5M/> Acesso em: 12 fev. 2025.

BARBOSA, E. A.; GOMES, M. L. A inclusão do aluno autista no Ensino Superior brasileiro. In: **Revista (En)Cena: A Saúde Mental em Movimento**, 2019. Disponível em: encenasaudemental.com. Acesso em: 12 dez. 2024.

BANDEIRA, Luana Lopes. **Olhar de discentes com TEA e de seus docentes sobre o processo de inclusão na UNB**. 2020. 175 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/39225/1/2020_LuanaLopesBandeira.pdf Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5673.pdf> Acesso em: 22 mar. 2024.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer nº 8 – **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: MEC, 2012b. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/ptbr/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BRASIL. **Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior - 2013**. Documento orientador Programa Incluir Acessibilidade na Educação Superior SECADI/Sesu. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Documento orientador do Programa INCLUIR – acessibilidade na educação superior**. Brasília, DF: MEC, 2013b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013_pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 maio 2024.

BATISTA, Kétilla da Silva Teixeira; FONSECA, Rafael de Castro. Vivências de pessoas com autismo que concluíram o Ensino Superior : uma investigação em Porto Velho/RO. **Rev. Educ. Espec.**, Santa Maria, v. 36, e70200, 2023 . Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-686X2023000100216&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2024.

BOLOURIAN, Y.; ZEEDYK, S. M.; BLACHER, J. Autism and the University Experience: Narratives from Students with Neurodevelopmental Disorders. **Journal of autism and developmental disorders**, 48(10), 3330–3343, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3599-5> Acesso em: 23 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CANAL, Sandra. **A inclusão do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação superior**. 2021. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/17047> Acesso em: 19 fev. 2024.

CANAL, Sandra; ROCHA, Juliana dos Santos; DOS SANTOS, Andreia Mendes. Educação inclusiva no Ensino Superior : anseios docentes e ações de suporte para estudantes com TEA. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 24, n. 81, 2024. DOI: 10.7213/1981-416X.24.081.AO02. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/30581>. Acesso em: 12 set. 2024.

DE MARCO, Rafael Lazzari *et al.* **Tea e neuroplasticidade: Identificação e intervenção precoce Asd and neuroplasticity: Identification and early intervention**. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 11, p. 104534-104552, 2021. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/t5t3w7yg2bajxiz24hxkx745fa/access/wayback/https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/39415/pdf> .Acesso em: 23 ago. 2024.

DONATI, Grace Cristina Ferreira; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. Consultoria colaborativa no Ensino Superior , tendo por foco um estudante com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. esp.2, p. 1459–1470, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.nesp2.set2018.11655. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11655> Acesso em: 27 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: Ensaio**. Cortez Editora, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GELBAR, Nicolas; SMITH, Isasc; REICHOW, Brian. Systematic review of articles describing experience and supports of individuals with autism enrolled in college and university programs. **Journal of autism and developmental disorders**, 44(10), 2593–2601, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2135-5> Acesso em: 18 mar. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar 2023: Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. Ministério da Educação, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 12 set. 2024.

KLEIN, Jeffrey ; JONES, Theresa. Principles of Experience-Dependent Neural Plasticity: Implications for Rehabilitation After Brain Damage. **Journal of Speech, Language, and Hearing Research**, February 2008, Vol. 51, S225-S239. Disponível em: <https://jslhr.pubs.asha.org/article.aspx?articleid=1773394>. Acesso em: 25 fev. 2024.

KNOTT, Fiona; TAYLOR, Angela. Life at University with Asperger Syndrome: a comparison of student and staff perspectives. **International Journal of Inclusive Education**, v. 18 n, 4, p. 411-426, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13603116.2013.781236> Acesso em: 12 Jun. 2024.

LIMA, Rafael. **Formação de educadores para o século XXI: competências digitais necessárias**. 2021. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-revisada-ao-CNE-Compet%C3%A4ncias-Digitais-na-Forma%C3%A7%C3%A3o-de-Professores-09-08-2019.pdf> Acesso em: 10 jan. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MUCCINI, Patrícia. **Estudantes com surdocegueira na universidade: mapeando barreiras e facilitadores que perpassam o processo de inclusão acadêmica**. (Dissertação Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://nedef.paginas.ufsc.br/files/2017/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Patr%C3%ADcia-Muccini.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2024.

OMOTE, Sadao. Perspectivas para conceituação de deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Volume 2, Edição 4, p. 127-135. Marília, SP: 1996. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v02n04/v02n04a12.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.3, jul.-set. 2009, p.715-728.

RAMOS, Jorge Marcos. Alterações encefálicas no transtorno do espectro do autismo: aproximações da neuroplasticidade e a atividade física. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, SP, v. 24, n. 1, p. 107–130, 2023. DOI: 10.36311/2674-8681.2023.v24n1.p107-130. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/14034..> Acesso em: 11 set. 2024.

REIS, Verônica Lima dos; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho (org.). **Desafios e propostas atuais na educação inclusiva**. 1. ed. Araraquara, SP: Padu Aragon, Editor, 2022. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/Home/latedip/reis-capelinni-ebook-desafios-e-propostas-atuais-da-educacao-inclusiva-2022.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, Monica Pereira; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas políticas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2006

SANCHES, Poliana Fernandes Mesquita; DE FREITAS, Maria Clara. Inclusão de estudantes autistas no Ensino Superior : uma revisão sistemática de literatura. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 17, n. 43, p. 147–171, 2022. DOI: 10.48075/educare.v17i43.29642. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/29642>. Acesso em: 12 jun. 2024.

SILVA, Vanessa Caroline; MOREIRA, Laura Ceretta. O estudante com Transtorno do Espectro Autista

nas universidades brasileiras. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313169978016/313169978016.pdf> Acesso em: 03 maio 2024. TAMANHA, Ana Carina; RIBEIRO, Camila da Costa; AZONI, Cintia Salgado (Org.). **Estudos de linguagem no transtorno do espectro do autismo**. São Paulo: ABarros, 2022.

TEIXEIRA, Kétilla Batista da Silva; CASTRO, Rafael Fonseca de. (2023). Vivências de pessoas com autismo que concluíram o Ensino Superior : uma investigação em Porto Velho/RO. **Revista Educação Especial**, 36(1). Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X70200> Acesso em: 10 mar. 2024.

TEMPORETTI, Felix. De la escalera ascendente a la espiral recurrente. Los procesos de adquisición de conocimiento, en la educación formal, en tiempos de textos e hipertextos. En: Itinerarios Educativos. **Revista del INDI**. Año 7, N° 7 FHUC, Santa Fe, 2014, p. 83-97.

TEMPORETTI, Félix. Jerome Bruner: la Psicología en construcción, y la Pedagogía también. **Revista Psyberia**, Año 2, Número 2. **Revista electrónica. Facultad de Psicología UNR**, 2010.

VIGOTSKY, Lev. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. En: Obras escogidas, Tomo III, Madrid, Visor, 1995.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

WHITE, Susan W.; OLLENDICK, Thomas H.; BRAY, Bethany C. College students on the autism spectrum: Prevalence and associated problems. **Autism**, v. 15, n. 6, p. 683-701, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1362361310393363> Acesso em: 20 jun. 2024.

Recebido em 20 de Agosto 2024.
Aceito em 23 de setembro 2024.